

ARTIGOS

<https://doi.org/10.1590/1980531411244>

Tendências da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido

 Alexandre Leite dos Santos Silva^I

 Edmerson dos Santos Reis^{II}

^I Universidade Federal do Piauí (UFPI), Picos (PI), Brasil; alexandreleite@ufpi.edu.br

^{II} Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro (BA), Brasil; edmerson.uneb@gmail.com

Como citar este artigo

Silva, A. L. dos S., & Reis, E. dos S. (2026). Tendências da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido. *Cadernos de Pesquisa*, 56, Artigo e11244.
<https://doi.org/10.1590/1980531411244>

Tendências da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido

Resumo

O objetivo deste estudo foi traçar o perfil da produção acadêmica sobre a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido brasileiro. Para isso, foi feito um levantamento de artigos científicos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Como método, adotou-se a análise de conteúdo. Os resultados mostraram a prevalência de pesquisadores de instituições nordestinas e de estudos feitos no Nordeste; pesquisas não restritas ao espaço escolar; e temas ligados à prática pedagógica, à educação ambiental e às políticas públicas. A educação contextualizada é vista como educação popular, e a convivência com o Semiárido traz uma nova visão sobre o território, considerando os aspectos humanos e sociais.

EDUCAÇÃO POPULAR • CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO • CONTEXTO CULTURAL • PARADIGMA

Trends in contextualized education for coexistence with the Semi-arid region

Abstract

The objective of this study was to outline the profile of academic production on contextualized education for coexisting with the Brazilian Semi-arid region. To this end, a survey of scientific articles was carried out on the Periodical Portal of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel] (Capes). Content analysis was adopted as the methodological approach. The results showed the predominance of researchers from Northeastern institutions and studies carried out in the Northeast; research not restricted to school settings; and themes related to pedagogical practice, environmental education and public policies. Contextualized education is seen as a form of popular education, and coexisting with the Semi-arid region offers a renewed perspective on the territory, considering its human and social aspects.

POPULAR EDUCATION • CONTENT CONTEXTUALIZATION • CULTURAL CONTEXT • PARADIGM

Tendencias de la educación contextualizada para la convivencia con el Semiárido

Resumen

El objetivo de este estudio fue delinear el perfil de la producción académica sobre educación contextualizada para vivir en la región Semiárida brasileña. Para ello se realizó un levantamiento de artículos científicos en el Portal Periódico de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior] (Capes). Como método se adoptó el análisis de contenido. Los resultados mostraron la prevalencia de investigadores de instituciones nororientales y de estudios realizados en el Nordeste; investigación no restringida al espacio escolar; y temas vinculados a la práctica pedagógica, la educación ambiental y las políticas públicas. La educación contextualizada es vista como educación popular y la convivencia con el Semiárido trae una nueva visión del territorio, considerando los aspectos humanos y sociales.

EDUCACIÓN POPULAR • CONTEXTUALIZACIÓN DEL CONTENIDO • CONTEXTO CULTURAL • PARADIGMA

Tendances de l'éducation contextualisée pour la coexistence en zone Semi-aride

Résumé

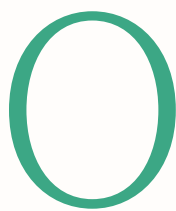
L'objectif de cette étude était de décrire le profil de la production académique sur l'éducation contextualisée pour la coexistence dans la région semi-aride brésilienne. A cet effet, une enquête auprès des articles scientifiques a été réalisée sur le Portail Périodique de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Coordination pour le Perfectionnement des Personnels de l'Enseignement Supérieur] (Capes). Comme méthode, l'analyse de contenu a été adoptée. Les résultats ont montré la prédominance des chercheurs des institutions du Nord-Est et des études réalisées dans le Nord-Est ; des recherches non limitées à l'espace scolaire ; et des thèmes liés à la pratique pédagogique, à l'éducation environnementale et aux politiques publiques. L'éducation contextualisée est considérée comme une éducation populaire, et la coexistence avec la région semi-aride apporte une nouvelle vision du territoire, prenant en compte les aspects humains et sociaux.

ÉDUCATION POPULAIRE • CONTEXTUALISATION DU CONTENU • CONTEXTE CULTUREL • PARADIGME

Recebido em: 11 JUNHO 2024 | Aprovado para publicação em: 22 SETEMBRO 2025



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.



Semiárido brasileiro é uma região composta de 1.477 municípios, abrangendo 1.335.298 quilômetros quadrados – 15% do território nacional. Caracteriza-se pela precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros; índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste [Sudene], 2024). Essas condições tornam o Semiárido facilmente suscetível às mudanças climáticas (Lima et al., 2011). Com uma população de aproximadamente 28 milhões de habitantes, que lida há séculos com as adversidades climáticas, o Semiárido brasileiro, a região seca mais populosa do mundo, constitui-se em um laboratório vivo (Silva et al., 2016; Araújo & Medeiros, 2019).

Diante da importância dessa região, nasceu na década de 1990 o paradigma de convivência com o Semiárido, que surgiu a partir da necessidade de encontrar formas de (con)viver de maneira mais harmoniosa com as particularidades da região, promovendo ações que permitam aproveitar melhor os recursos disponíveis e fortalecer a resiliência das comunidades locais diante dos desafios socioambientais: “A convivência com o Semiárido diz respeito a uma racionalidade vivenciada historicamente pelos diversos sujeitos sertanejos, na qual se reconhecem as fragilidades da região, bem como sua originalidade, suas potencialidades, sua complexidade e diversidade étnica, racial, cultural e política” (Silva & Pereira, 2020, p. 373).

Podemos definir a convivência com o Semiárido como uma forma de conceber esse território considerando as suas gentes, baseando-se em políticas públicas de inclusão social, de equidade e de controle social para com os seus recursos naturais (Dourado, 2012). Para isso se tornar possível, um dos seus eixos tem sido a educação contextualizada.

A educação contextualizada para a convivência com o Semiárido surgiu das experiências dos movimentos sociais (Braga, 2004; Lins et al., 2006). Por isso, assume a face e o papel de educação popular, com impactos nas políticas públicas, na formação de professores e nos espaços formais e não formais de educação do Semiárido. Trata-se, há mais de vinte anos, de tema propulsor de artigos científicos, de teses e dissertações e de eventos científicos e programas de pós-graduação. Por esse motivo, é apropriado o levantamento, a caracterização da produção acadêmica e a provocação de reflexões sobre o tema.

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi traçar as características da produção acadêmica sobre a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido. O intuito foi responder às seguintes questões: quais as tendências da produção publicada em artigos científicos? O que essa produção tem a dizer sobre o significado de convivência com o Semiárido e sobre o que é educação contextualizada? Nessa direção, há alguns trabalhos de revisão predecessores, mas que tiveram outros recortes e objetivos (Lima et al., 2021; K. A. dos Santos et al., 2023).

Sendo assim, este texto está estruturado da seguinte forma: primeiro, explica os traços principais da educação popular como via para a compreensão do rumo da produção acadêmica em torno da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido; depois, esclarece os procedimentos metodológicos adotados; e, em seguida, apresenta os resultados e a discussão.

Educação popular

A educação popular pode ser definida como o esforço de mobilização, organização e formação das classes populares (Nogueira & Freire, 1993). Pode ser associada com os sentidos encontrados

nas expressões “educação da comunidade”, “educação do ensino público”, “educação das classes populares” e “educação da sociedade igualitária” (Brandão & Assumpção, 2009).

A educação popular, ainda que envolvida em uma polissemia de expressões, é reconhecida como prática educacional e desenvolvida por educadores engajados na resistência das mais variadas formas de opressão, especialmente, no seio de movimentos e organizações sociais. Portanto, a educação popular não existe sem sujeitos-educadores, sem ações sobre a realidade e sem processo de organização e ação coletiva. (Streck et al., 2014, p. 83).

Ela tem origem nos movimentos sociais que se insurgiram na América Latina contra os processos de colonização e os governos autoritários na segunda metade do século XX (Brandão & Assumpção, 2009). Fundamenta-se na ideia de que a educação é uma das bases para a emancipação dos sujeitos (Ithuralde, 2020). No Brasil, a maior referência teórica para a educação popular é Paulo Freire (1921-1997), que criticou a chamada educação bancária, prática pedagógica que contribui para manter a opressão da classe trabalhadora, sendo ela depositária de conteúdos escolares sem sentido e condicionada a viver alienada e distante do processo de sua própria humanização (Freire, 2013).

Segundo Brandão e Assumpção (2009), a educação popular tem as seguintes características: i) constitui-se na relação com a cultura e em articulação com a prática e o trabalho político popular, de caráter emancipador; ii) emerge do povo e com o povo, tanto metodologicamente como na intencionalidade de transformar todo o sistema educacional; iii) é instrumento político de conscientização e politização a partir da produção de novos saberes construídos com o povo; iv) busca realizar-se em todas as situações e não apenas na sala de aula pelos sujeitos do povo comprometidos e organizados; e v) procura assumir gradualmente o trabalho político a serviço do povo. Assim, um dos fundamentos da educação popular é a educação contextualizada.

. . . pode-se compreender uma educação contextualizada com as realidades dos sujeitos, outro fundamento da educação popular. . . É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social. A principal característica da educação popular é utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e de temas geradores de seu cotidiano. (Streck et al., 2014, p. 82).

A educação contextualizada desenvolvida dentro das premissas da educação popular alicerça-se no respeito à cultura dos educandos e pode contribuir para a sua leitura de mundo e autonomia no movimento de lutas e resistência social. Isso acontece porque a leitura que o sujeito faz da sua realidade implica “compreender o lugar que cada um ocupa no contexto em que se encontra e no momento histórico em que se (re)produz” (Streck et al., 2014, p. 148). Dessa forma, a educação contextualizada, como educação popular, constitui-se em instrumento de empoderamento e em terreno fértil para o florescimento de metodologias criativas e de participação popular.

Metodologia

A investigação caracteriza-se, no campo metodológico, como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e quantitativa (Severino, 2007), tendo como objeto a produção acadêmica sobre educação contextualizada para a convivência com o Semiárido. A pesquisa, efetivada em março de 2024, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi realizada com os termos de busca – e suas traduções para o inglês e espanhol – “educa-

ção” e “convivência com o Semiárido”, sob o operador booleano *AND* em todos os campos e sem filtro temporal. Inicialmente foram obtidos 54 resultados. Logo após uma leitura flutuante dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionados 31 artigos que se relacionavam à educação contextualizada para a convivência com o Semiárido.

Os dados foram analisados em aspectos e categorias relacionados ao objeto de estudo, segundo a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Dessa forma, foram adotadas três etapas: pré-análise, na qual são feitos a leitura flutuante dos textos completos, o estabelecimento de parâmetros analíticos e a preparação do material, organizado em ordem cronológica; exploração do material, etapa em que se aplicam as técnicas no *corpus*, incluindo a codificação e categorização; e o tratamento dos resultados e interpretações – reflexão com a geração de inferências (Mendes & Miskulin, 2017).

O *corpus* foi constituído pelos artigos selecionados, e foram considerados os seguintes aspectos: regiões e instituições (afiliação) dos pesquisadores; locais de referência – onde foram realizadas as pesquisas ou locais a que se referiram; níveis e modalidade de ensino; temáticas dos trabalhos; metodologias das pesquisas; e referenciais teóricos – incluindo a contabilização das obras e autores mais citados. Optou-se por analisar os trabalhos quanto às categorias “convivência com o Semiárido” e “educação contextualizada”, visto que são os termos basilares do estudo e da caracterização da produção. Em alguns casos, houve a contabilização de palavras, o que é pertinente, pois as pessoas e instituições sustentam os discursos com palavras para formar o ideal coletivo. Dessa forma, as palavras carregam intenções e representam valores (Fortunato & Moreira, 2017).

Resultados e discussão

Os trabalhos encontrados foram codificados em ordem cronológica conforme a Tabela 1.

Tabela 1
 Artigos encontrados no Portal de Periódicos Capes

Código	Revista	Título	Afiliação dos/as autores/as	Citação
T1	<i>Caderno de Estudos Sociais</i>	O programa de convivência com o semi-árido brasileiro e sua influência na mudança de hábitos e valores	Universidade Federal Rural de Pernambuco Fundação Joaquim Nabuco	Pinto e Lima (2008)
T2	<i>Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação</i>	Formação de profissionais que atuam em escolas de educação básica localizadas no semiárido brasileiro: Uma contribuição aos estudos da alteridade nas políticas públicas	Universidade Tiradentes Universidade da Cidade de São Paulo	Bezerra e Rosito (2011)
T3	<i>Caderno de Estudos Sociais</i>	A educação contextualizada: Saberes tecidos no contexto e na interação natureza e cultura	Universidade do Estado da Bahia	Dourado (2012)
T4	<i>Caderno de Estudos Sociais</i>	A gestão da educação contextualizada no semiárido: Questões para o debate	Universidade do Estado da Bahia	Souza (2012)

(Continua)

(Continuação)

Código	Revista	Título	Afiliação dos/as autores/as	Citação
T5	<i>Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade</i>	Educação ambiental na convivência com o semiárido: Ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará	Universidade de Fortaleza Universidade do Estado do Ceará	Duarte et al. (2015)
T6	<i>Geosaberes</i>	Educação geográfica no projeto camponês de convivência com o semiárido	Universidade Federal do Ceará	Oliveira (2015)
T7	<i>Revista NERA</i>	A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido	Universidade Estadual Paulista	Andrade e Fernandes (2016)
T8	<i>Holos</i>	Fatores socioambientais influenciados pela seca na conservação da caatinga	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Universidade Federal Rural de Pernambuco	Silva et al. (2016)
T9	<i>Revista Dialectus</i>	Semiárido: Uma perspectiva genealógica	Universidade Federal de Campina Grande	Fortunato e Moreira (2017)
T10	v9	Educação em rede: Por uma pedagogia contextualizada e imanente	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Kraus et al. (2017)
T11	<i>Revista Brasileira de Meio Ambiente</i>	Percepção ambiental da caatinga: Experiência na associação comunitária do Território de Identidade do Sisal (BA)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Bahiano Universidade Federal de Pernambuco	Carneiro et al. (2018)
T12	<i>Revista Brasileira de Educação do Campo</i>	A educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro como uma prática emancipadora	Universidade Federal da Paraíba	Silva et al. (2018)
T13	<i>Indagatio Didactica</i>	Materiais didáticos públicos como ferramenta educativa para a sustentabilidade em região semiárida brasileira	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Araújo e Medeiros (2019)
T14	<i>Revista Conexão UEPG</i>	Inovando práticas – transformando vidas: Formação de agentes de desenvolvimento ambiental	Universidade Federal do Vale do São Francisco Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Oliveira et al. (2020)
T15	<i>Revista OKARA: Geografia em Debate</i>	Educação do campo na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé: Contextualização, agroecologia e Paulo Freire	Escola Família Agrícola Zé Maria Tomé Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Maia et al. (2020)
T16	<i>Revista de Geografia</i>	O ensino de geografia no contexto do semiárido nordestino	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Nascimento e Silva (2020)
T17	<i>Revista de Geociências do Nordeste</i>	Educação contextualizada no semiárido: O que a geografia tem a ver com isso?	Universidade Federal do Piauí	Santos e Araújo (2020)

(Continua)

(Continuação)

Código	Revista	Título	Afiliação dos/as autores/as	Citação
T18	<i>Desenvolvimento e Meio Ambiente</i>	Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: Um caminhar para além do desenvolvimento?	Universidade Federal de Pernambuco	Silva e Pereira (2020)
T19	<i>Revista Pedagógica</i>	Imaginário social e educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro (ECSAB): Mapeamento e reflexão em torno de uma confluência teórica	Universidade do Estado da Bahia	Lima et al. (2021)
T20	<i>Revista Espaço do Currículo</i>	Campos experimentais no currículo do ensino médio, em áreas de assentamentos no semiárido	Universidade Federal da Paraíba Universidade do Estado da Bahia Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	Menezes et al. (2021)
T21	<i>Geoconexões</i>	A extensão universitária na pandemia: Saberes compartilhados num projeto de educação em solos	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Universidade Estadual do Ceará	Cavalcante et al. (2022)
T22	<i>Revista de Educação Popular</i>	A “pedagogia da indaga” e a construção de conhecimentos na extensão rural: Fundamentos teórico-metodológicos na atuação do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)	Universidade Federal de Santa Maria	Marinho et al. (2022)
T23	<i>Ciência e Natura</i>	Jardim sensorial do Espaço de Convivência com o Ambiente Semiárido (e-CASA) como ferramenta para o ensino de botânica no ensino fundamental	Universidade Federal do Piauí	Silva et al. (2022)
T24	<i>Entretextos</i>	Gênero cordel na formação leitora de professores de comunidades do campo: Entre educação e linguagem	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Universidade Federal da Paraíba	Souza et al. (2022)
T25	<i>Geoconexões</i>	O semiárido como tema gerador no ensino de ciências da natureza pela perspectiva da educação popular	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Araújo et al. (2023)
T26	<i>Revista em Agronegócio e Meio Ambiente</i>	Utilização de áreas de preservação permanente como instrumento pedagógico para ações em educação ambiental	Universidade Federal de Campina Grande Universidade Federal da Paraíba Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho	Farias et al. (2023)

(Continua)

(Continuação)

Código	Revista	Título	Afiliação dos/as autores/as	Citação
T27	<i>Revista de Ensino de Ciências e Matemática</i>	Educação ambiental contextualizada para a convivência com o semiárido: Saberes e práticas de estudantes de uma escola no sertão paraibano	Universidade Federal de Campina Grande	Oliveira e Florentino (2023)
T28	<i>Contexto e Educação</i>	Os estímulos de aprendizagem na prática da educação contextualizada para a convivência com o semiárido	Universidade do Estado da Bahia	Santana e Reis (2023)
T29	<i>Geo UERJ</i>	Políticas públicas no semiárido brasileiro: Do combate à convivência com a seca	Universidade Estadual de Campinas Universidade do Estado da Bahia	K. A. dos Santos et al. (2023)
T30	<i>Revista de Educação Popular</i>	Agroecologia e convivência com o semiárido: Um diálogo com estudantes da Educação de Jovens e Adultos	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Universidade Federal da Paraíba Universidade Federal de Pernambuco	N. C. S. dos Santos et al. (2023)
T31	<i>Grifos</i>	Políticas públicas para o desenvolvimento rural: Desafios para a territorialidade	Universidade Federal Rural de Pernambuco Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	Almeida et al. (2024)

Fonte: Elaboração dos autores com dados da pesquisa.

Pela quantidade de artigos publicados, destacam-se a revista *Caderno de Estudos Sociais*, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), de Pernambuco, com três trabalhos (T1, T3, T4), e as revistas *Educação Popular*, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de Minas Gerais, e *Geoconexões*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com dois artigos cada uma (T21, T22, T25, T30). Não encontramos nenhum (co)autor que tenha se destacado pela quantidade de artigos de periódicos publicados.

A produção, que cobre um lapso temporal significativo de mais de 17 anos (2008-2024), curiosamente não apresenta artigos referentes a anos anteriores. Há algumas explicações possíveis. Embora o paradigma de convivência com o Semiárido exista desde os anos 1990, só ganhou um arcabouço teórico-prático a partir dos anos 2000 (Dourado, 2012). Além disso, há a limitação da própria pesquisa, cujo recorte foi o de artigos de periódicos em formato digital, disponibilizados em apenas uma base de dados e com poucos descritores. Há também uma produção em termos de livros, capítulos de livros, teses, dissertações, entre outros, que não foi considerada no escopo deste trabalho e poderá ser alvo de uma futura pesquisa.

Regiões, instituições e locais de referência

A maior parte dos trabalhos (29) são provenientes de (co)autores afiliados a instituições da região Nordeste, destacando-se a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (T3, T4, T19, T20, T28), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (T12, T20, T26, T30) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) (T9, T26, T27). Há também (co)autores afiliados a instituições das regiões Sudeste (T7, T10, T29) e Sul (T22).

Os locais de referência, ou seja, onde foram realizadas as pesquisas ou aos quais as pesquisas se dirigem, abrangem diversos pontos do Semiárido brasileiro. Alguns municípios foram mencionados, como Conceição Coité-BA (T11), Curaçá-BA e Uauá-BA (T4), Monte Santo-BA e Pimentel-BA (T7), Independência-CE (T6), Limoeiro do Norte-CE (T21), Madalena-CE (T20), Tamboril-CE (T10), Camalaú-PB (T26), Prata-PB (T12), Sousa-PB (T27), Sumé-PB (T30), Brejinho-PE (T18), Picos-PI (T23), Novo Santo Antônio-PI (T17) e um município sergipano (T2). Houve estudos que foram dirigidos a instituições, como a Escola Família Agrícola (T6), escolas públicas (T17, T27), a Secretaria de Estado de Educação do Ceará (T5) e um curso universitário (T24). Algumas pesquisas foram mais abrangentes, referindo-se ao Sertão baiano (T1, T22), ao Vale do Jaguaribe-CE (T15), ao estado do Ceará (T5) e ao Sertão paraibano (T9, T24).

As unidades da federação que incluem os locais ou regiões do Semiárido brasileiro às quais as pesquisas mais se dirigiram foram Ceará (T5, T6, T10, T15, T20), Bahia (T1, T4, T7, T11, T22) e Paraíba (T9, T12, T24, T26, T30), havendo também trabalhos voltados para o Semiárido de Pernambuco (T18), Piauí (T17, T23), Rio Grande do Norte (T24) e Sergipe (T2). O trabalho T14 se referiu ao Sertão do São Francisco, incluindo tanto parte da Bahia como de Pernambuco. Diversos trabalhos mencionaram o Semiárido brasileiro como um todo (T3, T8, T13, T16, T19, T25, T28, T29, T31), não se limitando a um ponto ou parte específica da região.

Compreendemos esse panorama pelo fato de que, entre os onze estados que compõem o Semiárido brasileiro, segundo a última delimitação, nove são estados nordestinos (Resolução Condul/Sudene n. 176, 2024). Além disso, os movimentos que deram impulso à emergência da proposta de convivência com o Semiárido são provenientes da região Nordeste, com destaque para a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), formada por centenas de organizações da sociedade civil, e a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab).

Níveis e modalidades de ensino

A maioria dos trabalhos (18) não especificou o nível de ensino e a modalidade a que se referia a pesquisa. Em relação aos que especificaram, dez deles se deram no contexto da educação básica, sendo dois voltados explicitamente para o ensino fundamental (T23, T27) e três para o ensino médio (T15, T20, T26). Três trabalhos voltaram-se para o ensino superior (T24, T25, T30). Quanto às modalidades de ensino, alguns se dirigiram a algo além do ensino regular, como a educação do campo (T2, T6, T12, T15, T20) e o ensino técnico e profissionalizante (T12, T15).

A educação contextualizada para a convivência com o Semiárido vai além da educação escolar, o que torna compreensível que muitos trabalhos não se restrinjam a níveis e modalidades de ensino. Ela “implica o desafio de indagar e transformar processos que vão além dos limites da escola, do currículo e da educação” (Souza, 2012, p. 126). Como educação popular, busca alternativas de realizar-se em todos os contextos educativos (Streck et al., 2014).

Temáticas dos trabalhos

Os principais temas abordados foram as práticas pedagógicas (T6, T9, T12, T15, T16, T17, T18, T20, T23, T24), a educação ambiental (T1, T5, T7, T11, T14, T21, T26, T27, T30) e as políticas públicas e o papel dos gestores (T2, T4, T8, T13, T29, T31). Dois trabalhos focaram a educação contextualizada como a temática em si (T3, T19). Um deles focou o ensino de ciências (T25). Dois se centralizaram nos movimentos sociais, como o T22, que considerou o papel do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irapaa), e o T10, que tratou da Resab. Os temas recorrentes re-

fletem o discurso das redes associadas ao paradigma da convivência com o Semiárido em torno das ideias de práxis, de sustentabilidade, da coletividade e do caráter político da educação (Brandão & Assumpção, 2009).

Metodologias de pesquisa

Os métodos de pesquisa mencionados nos trabalhos foram a pesquisa bibliográfica (T8, T9, T13, T16, T18, T19, T22, T25, T28, T29, T31), a observação participante (T10, T12, T21, T27), o estudo de caso (T2, T5) e a pesquisa-ação (T11). Os trabalhos T2 e T30 recorreram à história oral. Um trabalho aproximou-se do materialismo histórico-dialético (T4). Em alguns trabalhos foram mencionadas técnicas de coleta de dados, destacando-se as entrevistas, relatos, depoimentos e rodas de conversa (T4, T5, T6, T9, T10, T11, T15, T17, T18, T22, T23), a pesquisa documental (T3, T4, T5, T9, T16, T20, T22, T25), visitas de campo ou guiadas (T6, T10, T23) e os questionários (T23, T27). Sete trabalhos não explicitaram a metodologia adotada. Além das pesquisas de cunho teórico, os estudos empíricos se destacam por envolverem coletividades, preferencialmente os métodos e técnicas que evidenciam a práxis e exploram o diálogo (Streck et al., 2014).

Referenciais teóricos

Nos referenciais teóricos dos trabalhos destacaram-se a perspectiva freiriana e a educação popular (T7, T10, T12, T15, T16), além daqueles sob o olhar pós-colonial (T12, T18, T19, T30). Alguns adotaram textos sobre educação do campo e agroecologia (T6, T12, T14, T15, T20, T28, T30) e sobre educação ambiental (T5, T11, T14, T27). O trabalho T3 recorreu ao pensamento complexo e T2 a estudos sobre a ética da alteridade.

As obras mais citadas para discutir sobre educação contextualizada para a convivência com o Semiárido, computando a partir de dez ou mais citações, foram, em ordem decrescente, Resab (2004, 2006), Conti e Schroeder (2013) e Silva (2003). Os autores mais citados foram: Edmerson dos Santos Reis e Josemar da Silva Martins, da UNEB; Naidison de Quintella Baptista e Carlos Humberto Campos, que foram da coordenação nacional da ASA; e Roberto Marinho Alves da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Convivência com o Semiárido

Na produção analisada, o Semiárido é apresentado de forma geral como um território ou uma região concebida além das delimitações legais e características fitoclimáticas (Oliveira et al., 2020; Araújo et al., 2023; Santana & Reis, 2023; K. A. dos Santos et al., 2023; N. C. S. dos Santos et al., 2023). Consideram-se o processo social, o povoamento da região, o uso da terra e a cultura (Bezerra & Rosito, 2011; Oliveira, 2015; Silva & Pereira, 2020). Esta última abarca as músicas, os costumes, a culinária, as festas, as religiões e a história, entre outros (Malvezzi, 2007; Silva & Pereira, 2020).

Partindo deste entendimento, a SAB [região semiárida brasileira] necessita de representações que evidenciem as complexidades que a compõem, tendo em vista que o mosaico cultural envolvido por costumes religiosos, culinários, festivos e artísticos representam elementos indissociáveis às vivências regionais, os quais convergem diretamente nas relações dos indivíduos com o ambiente onde se encontram inseridos. (Oliveira & Florentino, 2023, p. 13).

Portanto o Semiárido necessita ser conhecido como uma região marcada por multidimensionalidade, heterogeneidade, diversidade, pluralidade e complexidade (Pinto & Lima, 2008; Dourado, 2012; Nascimento & Silva, 2020; Silva & Pereira, 2020; Marinho et al., 2022). Trata-se de um espa-

ço rico e diversificado em cultura, história, possibilidades e potencialidades (Andrade & Fernandes, 2016; Fortunato & Moreira, 2017; Kraus et al., 2017). Por isso, Lima et al. (2021) defenderam uma visão mais plural e menos reducionista da região Semiárida, que inclui, além do território, identidades e materiais semióticos. Nesse bojo, também é pensada a relação com o meio ambiente, visando à sustentabilidade e à agroecologia (Marinho et al., 2022). A produção analisada contribuiu para essa perspectiva e para superar o estereótipo histórico do Semiárido como local-problema: de seca, calor, pobreza e carência. Não se trata de ignorar os problemas encontrados no território, mas de resignificá-los junto com suas riquezas culturais e naturais, o que sinaliza para a convivência com o Semiárido (Nascimento & Silva, 2020).

A expressão “convivência com o Semiárido” surgiu no contexto das discussões sobre o desenvolvimento sustentável e as estratégias de adaptação às condições específicas dessa região. Aparece na produção 391 vezes e em alguns trabalhos se refere a uma proposta (Dourado, 2012; Duarte et al., 2015), uma perspectiva (Oliveira & Florentino, 2023; Almeida et al., 2024), um programa (Pinto & Lima, 2008), um paradigma (Kraus et al., 2017; Nascimento & Silva, 2020; Silva & Pereira, 2020; Marinho et al., 2022), uma cultura (Silva et al., 2016), um projeto (Dourado, 2012; Duarte et al., 2015; Oliveira, 2015; Fortunato & Moreira, 2017), e uma ideia (Dourado, 2012; Fortunato & Moreira, 2017). Pode-se entender a convivência com o Semiárido como um paradigma porque remete à mudança de pensamento, de percepção e de valores quanto à visão da realidade semiárida, região cujo imaginário gerado pelo paradigma da seca precisa ser desconstruído, descolonizado, a favor de uma nova territorialidade e racionalidade, com novos sentidos (Kraus et al., 2017).

Nessa direção, a educação popular é crucial. Por isso, Araújo e Medeiros (2019) e Dourado (2012) apontaram a educação como o eixo em prol da transformação necessária para a materialização da convivência com o Semiárido. Nesse aspecto, é oportuno o diálogo com autores da educação popular, que defendem práticas pedagógicas enraizadas na realidade dos sujeitos e no fortalecimento das identidades territoriais (Brandão & Assumpção, 2009).

A expressão “convivência com o Semiárido”, discutida por Dourado (2012), Kraus et al. (2017) e Silva e Pereira (2020), é mais que um conceito técnico. Trata-se de um paradigma epistemológico que questiona o modelo desenvolvimentista e propõe uma nova racionalidade territorial. Essa proposta descoloniza a visão dominante que estigmatiza a região e reconhece a possibilidade de viver dignamente no Semiárido com base no respeito às suas especificidades (Martins, 2006).

No desenvolvimento do paradigma da convivência com o Semiárido, destacam-se duas redes: a ASA e a Resab (Dourado, 2012), mencionadas, respectivamente, 93 e 87 vezes na produção considerada. Nessas redes, encontramos o esforço para o desenvolvimento de medidas adaptadas ao território e que respeitam os saberes, as necessidades e as identidades do povo sertanejo. Por isso, a educação assume importância, já que as “estratégias de convivência relacionam-se diretamente a processos de aprendizagem social que levam em consideração as peculiaridades e potencialidades da região semiárida” (Araújo & Medeiros, 2019, p. 65). Nesse sentido, as tecnologias sociais são imprescindíveis e foram mencionadas 52 vezes na produção analisada. Referem-se a métodos, técnicas, produtos e procedimentos construídos com a população, com baixo custo e fácil reprodução, que consideram as especificidades e potencialidades da localidade ao passo que podem proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade (Dagnino, 2014). Como exemplos, temos as barragens, as cisternas e outras formas apropriadas de captação e armazenamento de água da chuva; o aproveitamento de águas de caminhos; cultivos adequados ao semiárido; manejo adequado de caprinos e ovinos; silagem; forragem e outras.

A partir do aprofundamento da discussão sobre a análise dos textos, percebemos a ênfase na visão sociocultural do Semiárido em vez do reducionismo da visão naturalista. Nessa direção, autores como Oliveira et al. (2020), Araújo et al. (2023) e Silva e Pereira (2020) dirigiram a compreensão do Semiárido das delimitações climáticas e biológicas para uma visão que engloba o processo histórico, social e cultural. Nesse sentido, Bezerra e Rosito (2011) e Malvezzi (2007) reforçaram que o Semiárido é também um território simbólico, vivido e experienciado, em que a cultura se torna o elemento estruturante. Esse entendimento foi aprofundado por Lima et al. (2021) e Marinho et al. (2022), que propuseram uma visão semiótica e identitária do território, considerando os sentidos e os significados atribuídos pelas populações locais.

Educação contextualizada

Na produção analisada, a expressão “educação contextualizada” aparece 323 vezes e é apresentada de forma geral como o fazer pedagógico caracterizado pela sua associação aos aspectos socioambientais (Maia et al., 2020; Oliveira & Florentino, 2023), considerando a diversidade do Semiárido (Bezerra & Rosito, 2011). Para N. C. S. dos Santos et al. (2023), a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido é uma prática emancipadora que possibilita ensinar e aprender de forma coletiva a conviver com autonomia com as riquezas do Semiárido, preservando os recursos naturais. Envolve a construção coletiva do conhecimento e a perspectiva da sustentabilidade (Souza, 2012; Maia et al., 2020; Marinho et al., 2022; K. A. dos Santos et al., 2023), a visão crítica e preocupação com os problemas, as fragilidades, as necessidades e as potencialidades locais (Duarte et al., 2015; Carneiro et al., 2018; Araújo & Medeiros, 2019; Cavalcante et al., 2022).

Como educação popular, a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido está associada à cultura popular e à integração do saber, articulando os conhecimentos científicos com os saberes populares, além de possuir um papel político (Carneiro et al., 2018; Silva et al., 2018).

Compreende-se que a educação popular é constituída de uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Não pretende ser uma educação imposta, pois se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Visa à formação de educandos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para a afirmação do sujeito. (Streck et al., 2014, p. 82).

Nessa perspectiva, a educação contextualizada precisa ser entendida tanto como política pública (Bezerra & Rosito, 2011) quanto como processo de conscientização política (Souza, 2012). Para isso, requer a incorporação e problematização da realidade circundante (Andrade & Fernandes, 2016).

Um ponto muito relevante é a relação entre educação e identidade. Nascimento e Silva (2020) e Santana e Reis (2023) mostraram que a educação contextualizada fortalece o sentimento de pertencimento ao território Semiárido. Ao reconhecer as especificidades da cultura local, como os costumes, as festas, as crenças, o modo de lidar com o clima e os recursos naturais, a escola pode deixar de ser um espaço estranho para se tornar parte viva da comunidade.

Nesse sentido, Dourado (2012, p. 88) fala da “mundaneidade semiárida”, ou seja, da realidade cotidiana e concreta das pessoas que vivem na região. Para que o currículo dialogue com essa realidade, ele precisa se basear em uma pedagogia “do lugar”, como defendem Oliveira (2015) e Lima et al. (2021). Isso significa ensinar a partir da vida, dos fenômenos sociais, políticos, ambientais e culturais que afetam diretamente os estudantes. Por isso, a escola precisa se abrir para os dilemas reais da comunidade, como o acesso à terra, a água, a luta por direitos e a sustentabilidade. Dourado

(2012) mostra que essa educação precisa partir do contexto, ou seja, da realidade de onde ela se tece e se entrelaça de forma complexa.

O percurso da contextualização apresenta-se como uma interação entre os saberes da contemporaneidade imbuídos da racionalidade ambiental: sustentabilidade, ética ambiental etc., e os saberes da tradição, caracterizados pelas manifestações, valores e práticas de convivência dos sertanejos com a natureza. (Dourado, 2012, p. 92).

A educação contextualizada está dentro das diretrizes da convivência com o Semiárido e parte do contexto, articulando diversos saberes para a melhoria das condições de vida no Semiárido e para o desenvolvimento de uma nova percepção e relação com ele. Assim, a educação contextualizada contribui para construir conceitos, formas discursivas e de poder sobre o sertanejo e o Semiárido, dando-lhes visibilidade e dizibilidade. Trata-se, portanto, da educação que rompe com a grande muralha que separa a escola da comunidade e incorpora “saberes negados” (Souza, 2012, p. 114).

Nesse sentido, percebemos uma convergência na crítica ao currículo escolar tradicional, descolado da realidade. Pinto e Lima (2008), Souza (2012) e Kraus et al. (2017) sinalizaram que o desafio está em reorganizar o currículo com base no contexto de vida dos alunos, contemplando as especificidades do Semiárido e sua heterogeneidade. Nesse ponto, a educação contextualizada não envolve apenas transmitir conteúdos, mas precisa estar comprometida com a formação de sujeitos críticos e engajados na transformação do seu território. Essa construção exige o diálogo entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, o que só é possível, como nos lembram Silva et al. (2018, p. 108), a partir de um diálogo horizontalizado e pelo “entendimento dos contextos populares e de seus sujeitos”.

Nessa concepção de educação, a contextualização não é um adereço ou um detalhe metodológico, mas a essência de uma educação popular, emancipadora e transformadora. Conforme Santana e Reis (2023), a educação contextualizada envolve o processo de descoberta, reconhecimento e relação com o meio, considerando as suas singularidades. Trata-se da educação que valoriza a realidade do contexto. No tocante ao Semiárido, afirmaram:

A educação contextualizada surge como um meio para a construção de identidades voltadas à valorização das especificidades do semiárido, e para a exploração das vivências e saberes que são únicos neste local, com suas histórias, costumes e cultura, para que essa identidade esteja voltada à ideia de pertencimento e que possa superar os aspectos negativos da “colonização”. (Santana & Reis, 2023, p. 4).

A educação contextualizada para a convivência com o Semiárido é importante porque os elementos que circundam as realidades escolares, que fazem parte do cotidiano e das emoções e sensibilidade do alunado, são determinantes dentro do ambiente escolar. A sua presença no processo educativo promove a transformação cultural e garantirá que os alunos possam se enxergar e atuar com visão crítica no contexto em que vivem (Kraus et al., 2017; Silva et al., 2018; Santos & Araújo, 2020). Segundo Dourado (2012), ela é importante porque o sujeito pensa e concebe o mundo a partir do seu local, do seu contexto. Para Fortunato e Moreira (2017), sua relevância está na reelaboração da compreensão do que é viver nesse território, evidenciando novos saberes e dizeres sobre ele. Conforme Araújo et al. (2023), ela gera a transformação da realidade social, atendendo às necessidades dos sujeitos envolvidos. Além disso, é essencial para a formação da autonomia do sertanejo, respeitando a sua cultura (Kraus et al., 2017), e tem um papel político importante na descolonização de discursos e práticas (Silva & Pereira, 2020).

Espera-se, com a educação contextualizada, a ressignificação da realidade pelos educadores e educandos (Bezerra & Rosito, 2011), a modificação de políticas públicas, o resgate de conhecimentos tradicionais (Duarte et al., 2015) que possam contribuir para a vida em harmonia com o meio ambiente, a geração de novos conhecimentos, o desenvolvimento do posicionamento crítico e o fortalecimento da identidade territorial do sertanejo, considerando a pluralidade do Semiárido brasileiro e a valorização da sua história, das suas riquezas naturais e da sua diversidade cultural (Dourado, 2012). No currículo, contribuirá para uma nova organização pautada pelo contexto de vida dos alunos (Bezerra & Rosito, 2011). Poderá proporcionar autonomia e uma nova postura do sertanejo diante de sua realidade (Oliveira & Florentino, 2023). Por fim, a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido pode contribuir para a superação dos estereótipos que cercam o território e o seu povo, atuando na significação dele como “local de pertencimento” (Silva et al., 2018, p. 119).

Um ponto forte encontrado no *corpus* foi a denúncia da visão colonizada sobre o Semiárido, marcada por estigmas como a pobreza, o atraso e a inviabilidade. A educação contextualizada, como indicaram Kraus et al. (2017), Silva e Pereira (2020) e Araújo et al. (2023), tem um papel político fundamental na desconstrução desses estereótipos. Ela atua como instrumento de resistência, descolonização e reconstrução de sentidos sobre o território Semiárido e seu povo. Ao tornar visíveis os saberes e as práticas locais, essa educação também revela as potencialidades da região e contribui para ressignificar o Semiárido como espaço de possibilidades, de qualidade de vida, e não de carência. Promove um outro olhar: o olhar que vem de dentro, daqueles sujeitos que vivem e produzem nesse chão.

Mais do que preparar para o mercado de trabalho, a educação contextualizada prepara para a cidadania, para a autonomia e para a participação na luta por direitos. Como dizem Bezerra e Rosito (2011), ela pode ajudar a modificar políticas públicas, a fortalecer a identidade territorial e a criar novas formas de viver em harmonia com o meio ambiente.

Considerações finais

Constata-se algumas tendências na produção acadêmica analisada: prevalência das pesquisas feitas por pesquisadores afiliados a instituições nordestinas e de estudos realizados na região Nordeste; investigações não restritas ao espaço escolar; e temas associados à prática pedagógica, à educação ambiental e às políticas públicas. No apontamento dessas e outras tendências, é preciso considerar as limitações do recorte do presente levantamento, embora este cubra um lapso temporal relevante e tenha sido construído a partir de uma base de dados com peso na comunidade científica brasileira. Nesse sentido, futuras pesquisas em outras bases de dados, inclusive em teses e dissertações, poderão enriquecer os resultados deste trabalho. A análise da produção possibilitou que se traçassem algumas características comuns que podem ser indicadoras para discussões, bem como estudos e ações educacionais para a convivência com o Semiárido.

A partir dessas tendências, é possível vislumbrarmos sombras e lacunas para mirarmos futuras investigações. Uma delas tem relação com as tecnologias digitais, isto é, como elas (incluindo recursos de conectividade e mídias sociais) podem ser apropriadas de forma crítica para a educação contextualizada visando à convivência com o Semiárido. Também há uma lacuna no estudo de metodologias digitais adaptadas à realidade socioeconômica da região.

Outro ponto de lacuna tem a ver com a inclusão: como ela ocorre para estudantes com deficiência nas escolas do Semiárido, na perspectiva da convivência? Há adaptação curricular e meto-

dológica sensível às múltiplas deficiências em contextos de vulnerabilidade? Demandam-se também mais estudos direcionados para a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido para as populações indígenas e quilombolas. Da mesma forma, serão apreciadas futuras pesquisas sobre o lugar da mulher e outros grupos no Semiárido e suas contribuições para a convivência. Assim, estão abertas as perguntas: como as questões de gênero e diversidade sexual são (ou não são) trabalhadas nas escolas da região considerando a perspectiva da convivência? Existe uma abordagem interseccional nas políticas públicas voltadas para a educação contextualizada no Semiárido?

No campo das políticas públicas, outras questões de peso para posteriores pesquisas são: quais as contribuições dos programas de alimentação escolar e acesso à água potável no processo de ensino-aprendizagem nas escolas sertanejas? Qual o impacto das políticas públicas de saneamento e nutrição nas escolas do Semiárido? Também salientamos a importância da investigação sobre o impacto das avaliações em larga escala (que visam a homogeneizar, padronizar) como contraponto às avaliações realizadas na perspectiva da educação contextualizada nas escolas da região e aos instrumentos de avaliação que consideram os saberes locais. E, quanto às políticas públicas para a formação de professores, perguntamos: quais são os programas de formação continuada voltados especificamente para professores que atuam no Semiárido e qual a sua relação com o paradigma da convivência? Como a formação inicial e continuada poderia ser reformulada contemplando nas suas abordagens a realidade climática, cultural e socioeconômica da região?

Quanto aos níveis e etapas do ensino, há escassez de trabalhos sobre a educação infantil e o ensino superior. Assim, aponta-se a necessidade de pesquisas sobre como tem sido a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido para esses públicos e quais possibilidades podem ser concretizadas em termos de currículo, metodologias de ensino e de avaliação. Além disso, é preciso investigar como tem sido a adesão das instituições de ensino superior e da educação infantil à proposta de convivência com o Semiárido.

No que tange ao espaço territorial do Semiárido brasileiro, com a sua ampliação oficial, incluindo mais municípios, ampliam-se também os espaços e suas especificidades para as pesquisas educacionais, reforçando a heterogeneidade da região, dos diversos semiáridos dentro do Semiárido. Diante disso, pode-se perguntar: como esses sujeitos que antes não faziam parte das políticas para o Semiárido veem a região? Há uma relação de identidade, e quais as suas implicações para a educação que ocorre nesses lugares?

As tendências apontadas neste trabalho sobre as pesquisas em torno da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido trazem reflexões importantes para quem pensa e faz a educação na região. O fato de a maioria dos estudos serem provenientes de instituições nordestinas e focarem a própria realidade local mostra o quanto é fundamental a valorização dos saberes do povo sertanejo. Isso nos leva a pensar em políticas públicas educacionais que realmente escutem e respeitem esse território, dando visibilidade a seu povo. Essas políticas precisam dialogar e subsidiar parcerias com os movimentos sociais voltados para a convivência com o Semiárido, capilarizando os projetos pedagógicos e de desenvolvimento das instituições para formação de professores.

Outro ponto importante é que a produção analisada mostra possibilidades de materialização da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido por meio de práticas como os campos experimentais, o itinerário pedagógico, a vinculação com práticas agroecológicas, etc. No entanto vão além dos muros escolares: elas se conectam com o cotidiano das comunidades e com os movimentos sociais. Apontam para a necessidade de construirmos propostas pedagógicas que despertem o senso crítico, que valorizem a cultura local e que ajudem a transformar a realidade.

Neste trabalho, a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido é retratada com as características próprias da educação popular. É constituída com e para o povo, emancipadora, politizadora, com respeito aos saberes populares e para a leitura crítica e intervenção na realidade, visando à sustentabilidade.

A análise dos textos dos autores que compuseram o *corpus* deste estudo mostrou que a convivência com o Semiárido envolve múltiplas dimensões: a técnica (com o uso de tecnologias sociais), a política (com os movimentos sociais e o fortalecimento de redes como ASA e Resab), a simbólica (com a valorização da cultura e das identidades locais), a pedagógica (por meio da educação contextualizada) e a ambiental (com a agroecologia e a sustentabilidade). Assim, os elementos estruturantes desse paradigma, como água, cultura, memória, território e identidade, encontram-se entrelaçados como pilares para a transformação da realidade.

Apesar da polissemia em torno da expressão “Convivência com o Semiárido”, é comum o conceito estar associado com a mudança de ponto de vista sobre o território Semiárido e o seu povo, considerando a sua diversidade, suas possibilidades, suas potencialidades e seus problemas para além da esfera climática. Ele é contemplado na sua totalidade, abarcando a sua flora, a sua fauna e, principalmente, os humanos que nele vivem. Afinal, o Semiárido brasileiro, longe de ser sinônimo de seca e morte, é vida.

Para além da pobreza extrema que alimenta os estereótipos que povoam as imagens presentes em livros didáticos, em letras de canções e que fortalecem o imaginário negativo dessa região, o Semiárido brasileiro é possuidor de uma riqueza imensa no que se refere à diversidade cultural, ao seu povo e ao lugar que hoje ocupa na produção de frutas, cujo cultivo em suas terras até há algum tempo era improvável. A tecnologia aliada à irrigação e à particularidade da presença do sol vai transformando essa parte do Brasil em um dos principais polos da agricultura irrigada e exportação de mangas, uvas, melão, melancia, acerola, goiaba, entre outras.

Essa virada paradigmática, resultante da proposta de convivência, vem sendo fundamental para a construção do giro decolonial necessário à construção de outro olhar sobre o Semiárido brasileiro, superando a visão da semiaridez como limite para compreendê-la como a possibilidade de superar o atraso que sempre fundamentou os discursos políticos, as canções pessimistas e as imagens que povoam parte das mentes que habitam este país e até mesmo a região. É para esse cenário semeador de possibilidade e de superação que apontam os trabalhos analisados, tanto no que diz respeito à convivência com o Semiárido quanto à educação contextualizada para a convivência com o Semiárido.

Referências

- Almeida, A. C. O. de, Machado, M. R. I. de M., Andrade, H. M. L. da S., & Andrade, L. P. de. (2024). Políticas públicas para o desenvolvimento rural: Desafios para a territorialidade. *Grifos*, 33(61), 1-18. <https://doi.org/10.22295/grifos.v33i61.7332>
- Andrade, J. S., & Fernandes, S. A. de S. (2016). A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido. *Revista NERA*, 19(34), 157-178. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i34.4733>
- Araújo, G. de S., Araújo, M. L. G. de, Medeiros, L. M. dos S., & Araújo, M. P. (2023). O semiárido como tema gerador no ensino de ciências da natureza pela perspectiva da educação popular. *Geoconexões*, 2(16), 166-180. <https://doi.org/10.15628/geoconexes.2023.15760>

- Araújo, M. F. F. de, & Medeiros, M. L. Q. de. (2019). Materiais didáticos públicos como ferramenta educativa para a sustentabilidade em região semiárida brasileira. *Indagatio Didactica*, 11(2), 63-76.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bezerra, A. A. C., & Rosito, M. M. B. (2011). Formação de profissionais que atuam em escolas de educação básica localizadas no semiárido brasileiro: Uma contribuição aos estudos da alteridade nas políticas públicas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 19(70), 165-190. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000100010>
- Braga, O. R. (2004). Educação e convivência com o semi-árido: Uma introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semi-árido brasileiro. In A. Küster, & B. H. O. de M. Mattos (Orgs.), *Educação no contexto do semi-árido brasileiro* (pp. 27-46). Fundação Konrad Adenauer. https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=e336c281-964e-ee93-f626-06a5de6289ab&groupId=252038
- Brandão, C. R., & Assumpção, R. (2009). *Cultura rebelde: Escritos sobre a educação popular ontem e agora*. Instituto Paulo Freire.
- Carneiro, D. O., Nishiwaki, A. A. M., Tavares, V. do N., Santos, M. A. F., & Souza, H. F. (2018). Percepção ambiental da Caatinga: Experiência na associação comunitária do Território de Identidade do Sisal (BA). *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, 4(1), 24-34. <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/81/93>
- Cavalcante, L. V., Coelho, M. C. S., Silva, F. O. da, & Silva, F. R. L. (2022). A extensão universitária na pandemia: Saberes compartilhados num projeto de educação em solos. *Geoconexões*, 1(13), 4-20. <https://doi.org/10.15628/geoconexes.2022.13339>
- Conti, I. L., & Schroeder, E. O. (Orgs.). (2013). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e protagonismo social*. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS); REDEgenteSAN; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (Ibds); Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Editora IABS. <https://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/convivencia-com-o-semiarido-brasileiro-autonomia-e-protagonismo-social-vol-2/>
- Dagnino, R. (2014). *Tecnologia social: Contribuições conceituais e metodológicas*. Insular.
- Dourado, L. (2012). A educação contextualizada: Saberes tecidos no contexto e na interação natureza e cultura. *Cadernos de Estudos Sociais*, 24(1), 71-86. <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1475>
- Duarte, R. G., Bastos, A. T., Oliveira, F. C. de, & Sena, A. P. (2015). Educação ambiental na convivência com o Semiárido: Ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(1), 17-29. <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/9957>
- Farias, E. S. B., Pereira, D. D., Chaves, M. de S., & Oliveira, G. S. (2023). Utilização de áreas de preservação permanente como instrumento pedagógico para ações em educação ambiental. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 16(2), Artigo e9952. <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2023v16n2e9952>
- Fortunato, M. L., & Moreira, M., Neto. (2017). Semiárido: Uma perspectiva genealógica. *Revista Dialectus*, 4(11), 192-204. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32650>
- Freire, P. (2013). *Pedagogia do oprimido* (52ª ed.). Paz & Terra.
- Ithuralde, R. E. (2020). Pensando una educación popular en ¿Ciencias? *Cadernos de Pesquisa*, 50(175), 186-208. <https://doi.org/10.1590/198053146644>

- Kraus, L., Egler, T., & Costa, A. (2017). Educação em rede: Por uma pedagogia contextualizada e imanente, *Revista Kavilando*, 9(1), 79-105. <https://ojs.kavilando.org/index.php/kavilando/article/view/198>
- Lima, E. H. F., Barbosa, P. da S., & Karlo-Gomes, G. (2021). Imaginário social e educação contextualizada para a convivência com o Semiárido brasileiro (ECSAB): Mapeamento e reflexão em torno de uma confluência teórica. *Revista Pedagógica*, 23, 1-22. <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.6421>
- Lima, R. da C. C., Cavalcante, A. de M. B., & Perez-Marin, A. M. (Eds.). (2011). *Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro*. Instituto Nacional do Semiárido (Insa). <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/jspui/handle/123456789/2546>
- Lins, C. M. A., Sousa, E. F., & Ferreira, V. A. (2006). Educação para a Convivência com o Semi-Árido: A proposta de elaboração de um livro didático. In Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab). *Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro: Reflexões teórico-práticas da Resab*. Secretaria Executiva da Resab.
- Maia, A. C., Lemos, D. de S., & Andrade, T. V. P. (2020). Educação do campo na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé: Contextualização, agroecologia e Paulo Freire. *Revista Okara: Geografia em Debate*, 14(2), 532-543. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54688>
- Malvezzi, R. (2007). *Semiárido: Uma visão holística*. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).
- Marinho, C. M., Wizniewsky, J. G., & Picolotto, E. L. (2022). A “pedagogia da indaga” e a construção de conhecimentos na extensão rural: Fundamentos teórico-metodológicos na atuação do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). *Revista de Educação Popular*, 21(2), 97-119. <https://doi.org/10.14393/REP-2022-63880>
- Martins, J. S. (2006). Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o semi-árido. In Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab), *Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro: Reflexões teórico-práticas da Resab* (pp. 37-68). Secretaria Executiva da Resab.
- Mendes, R. M., & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, 47(165), 1044-1066. <https://doi.org/10.1590/198053143988>
- Menezes, A. C. S., Reis, E. dos S., & Silva, F. L. da. (2021). Campos experimentais no currículo do ensino médio, em áreas de assentamentos no Semiárido. *Revista Espaço do Currículo*, 14(2), 1-12. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58079>
- Nascimento, M. J. do, & Silva, C. N. M. da. (2020). O ensino de geografia no contexto do semiárido nordestino. *Revista de Geografia*, 37(3), 47-64. <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2020.244298>
- Nogueira, A., & Freire, P. (1993). *Que fazer: Teoria e prática em educação popular* (4ª ed.). Vozes.
- Oliveira, A. M. de. (2015). Educação geográfica no projeto camponês de convivência com o semiárido. *Geosaberes*, 6(2), 46-54. <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/410>
- Oliveira, G. L. de, & Florentino, H. da S. (2023). Educação ambiental contextualizada para a convivência com o semiárido: Saberes e práticas de estudantes de uma escola no sertão paraibano. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, 14(1), 1-23. <https://doi.org/10.26843/rencima.v14n1a26>
- Oliveira, L. M. S. R. de, Oliveira, L. S., Santos, A. V., Carvalho, V. S., & Leite, D. M. (2020). Inovando práticas – transformando vidas: Formação de agentes de desenvolvimento ambiental. *Revista Conexão UEPG*, 16, Artigo e203667. <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.16.13667.012>
- Pinto, E. B., & Lima, M. J. de A. (2008). O Programa de convivência com o semi-árido brasileiro e sua influência na mudança de hábitos e valores. *Cadernos de Estudos Sociais*, 24(1), 81-96. <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1396>
- Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab). (2004). *Projeto inclusão, universalização e qualidade da educação no semiárido brasileiro*. Secretaria Executiva da Resab.

- Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab). (2006). *Educação para a Convivência com o Semiárido Brasileiro: Reflexões teórico-práticas da Resab*. Secretaria Executiva da Resab.
- Resolução Condel/Sudene n. 176, de 3 de janeiro de 2024. (2024). Aprova Relatório Conclusivo elaborado pela Equipe Técnica do Comitê Provisório do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene), instituído pela Resolução Condel/Sudene n. 155, de 29 de abril de 2022, sobre as irrisignações apresentadas por Entes federativos subnacionais contra a exclusão de municípios do Semiárido brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF. <https://www.gov.br/sudene/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/hierarquia/resolucoes-conselho-deliberativo/resolucao-condel-sudene-no-176-de-3-de-janeiro-de-2024>
- Santana, T. O., & Reis, E. dos S. (2023). Os estímulos de aprendizagem na prática da educação contextualizada para a convivência com o semiárido. *Contexto & Educação*, 38(120), Artigo e9400. <http://dx.doi.org/10.21527/2179-1309.2023.120.9400>
- Santos, F. J. da S., & Araújo, R. L. de. (2020). Educação contextualizada no semiárido: O que a geografia tem a ver com isso? *Revista de Geociências do Nordeste*, 6(2), 178-185. <https://doi.org/10.21680/2447-3359.2020v6n2ID20488>
- Santos, K. A. dos, Coltri, P. P., Greco, R., Oliveira, I. de, Jr., & São José, R. V. de (2023). Políticas públicas no semiárido brasileiro: Do combate à convivência com a seca. *Geo UERJ*, (42), Artigo e56467. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2023.66666>
- Santos, N. C. S. dos, Ramos, C. M. de, & Lima, A. S. de. (2023). Agroecologia e convivência com o Semiárido: Um diálogo com estudantes da Educação de Jovens e Adultos. *Revista Educação Popular*, 22(2), 374-383. <https://doi.org/10.14393/REP-2023-67969>
- Severino, J. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23ª ed.). Cortez.
- Silva, L. P. C., Araújo, A. M. R. B. de, & Araújo, A. E. de. (2018). A Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido Brasileiro como uma prática emancipadora. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(1), 104-125. <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/3910/12157>
- Silva, M. A. M. da, Frutuoso, M. N. M. de A., Rodrigues, S. S. F. B., & Nogueira, R. J. M. C. (2016). Fatores socioambientais influenciados pela seca na conservação da caatinga. *Holos*, 4, 245-257. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4175>
- Silva, P. V. do N., Rocha, A. M., Bendini, J. do N., & Abreu, M. C. de. (2022). Jardim sensorial do Espaço de Convivência com o Ambiente Semiárido (e-CASA) como ferramenta para o ensino de botânica no ensino fundamental. *Ciência e Natura*, 44, Artigo e38. <https://doi.org/10.5902/2179460X67340>
- Silva, R. M. A. da. (2003). Entre dois paradigmas: Combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, 18(1-2), 361-385. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922003000100017>
- Silva, V. R. da, & Pereira, M. C. de B. (2020). Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no Semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: Um caminhar para além do desenvolvimento? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 55, 358-380. <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73408>
- Souza, A. C. E. de, Cunha, A. C. da, Bessa, C. M. B., & Pereira, C. C. (2022). Gênero cordel na formação leitora de professores de comunidades do campo: Entre educação e linguagem. *Entretextos*, 22(4), 236-252. <https://doi.org/10.5433/1519-5392.2022v22n4Esp236-252>
- Souza, I. P. D. de. (2012). A gestão da educação contextualizada no semiárido: Questões para o debate. *Cadernos de Estudos Sociais*, 27(1), 113-130. <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1477>
- Streck, D. R., Pitano, S. de C., Moretti, C. Z., Santos, K., Lemes, M., & Paulo, F. dos S. (2014). *Educação popular e docência*. Cortez.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). (2024, 9 janeiro). Conselho Deliberativo da Sudene mantém 50 municípios no semiárido. *Sudene*. <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/noticias/conselho-deliberativo-da-sudene-mantem-50-municipios-no-semiarido>

Nota sobre autoria

Alexandre Leite dos Santos Silva – curadoria, análise e validação de dados; redação: revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Edmerson dos Santos Reis – curadoria, análise e validação de dados; redação: revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Disponibilidade de dados

Os dados subjacentes à pesquisa estão informados no artigo.

Editor responsável

 Rodnei Pereira

 Adelina Novaes